



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo
dependente**

PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL, EXPROPRIAÇÕES COMO BASE DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO E A MITIFICAÇÃO DO ACESSO

LILIANE CARDOSO D'ALMEIDA¹

RESUMO

Essa produção é parte da pesquisa de doutorado em Serviço Social, refere-se à crítica histórica ao padrão de acumulação do capital e formas mitificadas do acesso no capitalismo. Consiste em um ensaio introdutório relativo à categorias que se remetem a pressupostos teóricos da pesquisa. Tem a crítica da economia política como método, considerando a categoria em sua dinâmica geral e particular.

Palavras – Chave: Expropriações, acumulação capitalista, mitificação, Acesso.

ABSTRACT

This production is part of doctoral research in Social Work, it refers to the historical critique of the pattern of capital accumulation and mythologized forms of access in capitalism. It consists of an introductory essay relating to categories that refer to theoretical assumptions of the research. It has the critique of political economy as a method, considering the category in its general and particular dynamics.

Keywords: Expropriations, capitalist accumulation, mythification, Access.

1 - INTRODUÇÃO

Acessar virou um termo de uso da liberdade mercantil. No sentido comum, ele vem se constituindo como meramente um trânsito político jurídico: o acesso no mundo do direito e, portanto, do moderno Estado de direito mercantil, manifestando-se num ato de ter ou não direitos, quase que como uma medição, um barema do direito mercantil.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desta feita, se entendo acesso como uma categoria no campo científico, ela explica no senso comum uma disputa política de inclusão e exclusão, e no campo crítico um elemento muito maior do que inclusão e exclusão. Um processo inerente a esse metabolismo que, para além do particular modo de produção capitalista, pode expressar outras formas-conteúdo a depender das determinações da racionalidade lógico-histórica dos modos de produção econômica da vida em sociedade.

Como afirma Luce (2012, p. 9)

nos estudos de economia política e história econômica, uma das tarefas mais difíceis para o pesquisador marxista é captar o movimento do capital em sua processualidade no contexto das situações histórico-concretas, o que exige transitar em diferentes níveis de abstração, desde os maiores, das categorias de O Capital, até aqueles que resultam de sínteses de múltiplas determinações da experiência social no tempo.

Assim, partimos da crítica da economia política e para fins dessa produção vinculamos o debate ao axioma do padrão de reprodução do capital e o processo das expropriações sociais, como a negação do acesso aos frutos do trabalho, explorando assim, o campo das contradições dialéticas pertinentes à categoria.

Para compreender o papel heurístico do padrão de reprodução do capital é necessário inicialmente ressaltar que no marxismo existem diferentes níveis de análise, uns mais abstratos, outros mais concretos, com categorias próprias em cada nível, porém inter-relacionadas no âmbito teórico que as constitui, as quais buscam dar conta de problemas de reflexão específicos.

Sendo assim, o maior grau de abstração entre esses níveis de análise refere-se à capacidade de apreender relações sociais e processos que fundamentam a realidade social em seu movimento histórico a fim de apreender a essência dos fenômenos. Dessa maneira, a maior abstração é fortemente histórica, à medida que aponta a essência daquelas relações e processos.

Em níveis de menor abstração, tais relações e processos vão se tornando mais complexos e passam a apresentar novas características históricas, porque sua essência se expressa sob novas e diversas formas e particularidades.

Desse modo como afirma Osório (2012, p. 40)

A noção do padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos, assim, como as contradições que esses processos geram.

A categoria padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura) (OSÓRIO, 2012, p.41)

Desse modo, afirma Osório (idem) historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina de amadurecer ou converter-se em padrão dominante.

Desta feita, o ciclo de valorização do capital sofre um processo de metamorfose assumindo as formas capital – dinheiro, capital – mercadoria, força de trabalho, meios de produção. (MARX, Esse trânsito do capital pelas distintas formas e, seu ciclo de reprodução vai deixando marcas na produção. Perseguir essas marcas, essas pegadas e as trilhas que vão sendo criadas pelo capital nos dá pistas de análise a fim de desvendar como o capital se reproduz em determinados momentos e fenômenos históricos. (OSÓRIO, 2012, p. 37-86).

Esses elementos são fundamentais para serem desvendados, para explicar as características históricas das formas concretas de acesso na vida em sociedade, partindo da noção de modo de produção, a qual destaca que as relações sociais estabelecidas pelos homens para resolver a produção e reprodução econômico-política da vida em comum, dão materialidade ao conjunto das determinações históricas de elementos que definem, particularizam e diferenciam diversas formas ou modos das relações sociais e isto inclui o trabalho, a satisfação das necessidades humanas, a produção da riqueza e as formas de concreção do acesso na ação histórica.

Lembrando que esse debate fica cada vez mais acirrado ao considerarmos as economias dependentes dos países da América Latina. E, para tanto, a formação sócio-histórica constitui no mais preciso nível de abstração para as análises dessa problemática.

Assim, para fins dessa produção científica cabe-nos, inicialmente, a indagação: Seria o acesso apenas um conceito presente no debate e nas pesquisas a respeito do Estado, do Fundo Público e da política social ou essa é uma categoria histórica e dotada de aspectos que se relacionam à ontologia, aos modos de produção e aos movimentos do trabalho e da reprodução social como práxis humana?

Esse artigo seguirá com alguns apontamentos e provocações à reflexão e ao debate.

2 - A História “a contrapelo”, expropriações sociais e as formas mitificadas do Acesso no capital.

Nos Inspirando em exemplos concretos da história latino-americana, afirmamos a necessidade já proclamada por Benjamin (apud LÖWY, 2010/2011) – de “escovar a história a contrapelo”, concebendo-a do ponto de vista dos vencidos, em oposição à história oficial do “progresso”, cuja identificação com as classes dominantes oculta o excedente inscrito nas lutas dos oprimidos do passado e do presente.

Esta postura implica igualmente a necessidade de se apreender o movimento onde interferem vários fenômenos, a criação dos produtos e seu fetichismo, a reificação que encontramos na dinâmica da sociedade burguesa e que se encontra nas bases de sua constituição assim como assumem um expoente diferenciado nas múltiplas fases da escala do desenvolvimento das formas proprietárias de capital, considerando o processo de acumulação e as formas metabólicas de concentração monopólica e de extração de mais valor articuladas as expropriações em larga escala.

Ao tomarmos como referência a concepção de Benjamin condensada na expressão “escovar a história a contrapelo” significa que estamos fazendo essa incursão no plano do conhecimento a partir de uma concepção materialista, histórica e dialética que não se refere a um historicismo, mas sim em nos debruçar sobre um exame criterioso sobre os elementos históricos, com as chaves epistemológicas que nos permitam explorar o conhecimento do lado dos vencidos, dos escravizados, dos camponeses, dos negros, dos índios, do proletariado, do lado daqueles que vivenciam na carne as expropriações nas suas muitas e múltiplas escalas.

A atitude revolucionária expressa aqui nesse texto dirige-se a uma intervenção dialética cujos objetivos constituem-se na destruição do fetichismo burguês dos “tesouros” e da dinâmica histórica e dialética do acesso, destacando as raízes que articulam-se à ontologia humana e às que o limitam a dinâmica alienada ao processo de acumulação e no desvendamento do lado bárbaro escondido na produção; e a uma ruptura materialista da continuidade histórica das formas metabólicas (MÉZARÓS, 2011) de reprodução do capital.

Assim como afirma Marx (apud FONTES, 2010, p. 39) ao analisar as questões que envolvem essa sociedade é necessário não perder de vista os múltiplos níveis da realidade social, associando – os e expondo os nervos centrais, determinantes, do processo histórico sob o capitalismo. Assim, Marx (apud FONTES, 2010, p.40)

Ao enfatizar não apenas a dimensão fetichista que substitui as relações humanas por relações entre coisas (a começar pela coisificação do próprio capital ou de sua



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acumulação), mas, ao longo de todos os seus trabalhos – sem exceção, ao evidenciar que as relações capitalistas dependem de condições sociais que, cunhadas de certa maneira, permitem que tais fetiches sigam obliterando suas reais razões. Assim, se é importantíssimo demonstrar o fetiche, é porque ao fazê-lo devem emergir as relações humanas, sempre sociais, que sustentam todo o processo.

Nesse sentido, “escovar a história a contrapelo” para os fins aqui propostos será com o fito de examinar com acuidade os elementos determinantes que compõem os nervos centrais, a espinha dorsal do processo histórico que cria a natureza do acesso, e nesse movimento ir pinçando os elementos históricos ontológicos e estruturais desconstruindo o conhecimento mitificado que oblitera, produzido pela ordem sóciometabólica que deu as bases ao surgimento do capitalismo e, que ao longo da história se reproduz nas suas múltiplas fases.

Partimos do pressuposto por ora mencionado e da compreensão de que “a relação social fundamental, a relação – capital por excelência, repousa sobre uma expropriação originária dos trabalhadores, porém não se limita a ela, tal como afirma Fontes (2010). Tais elementos exigem a conservação e reprodução em escala sempre crescente dos mecanismos estratégicos que objetivam concretamente as expropriações e por outro lado a alta concentração e acumulação exacerbada de riquezas transformada em capitais. O que sob a forma monetária impulsiona as mais variadas e perversas expropriações. (FONTES, 2010, p. 39)

As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão do padrão de reprodução do capital.

Segundo Fontes (2010, p. 44) as expropriações que caracterizam-se em

Expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital – imperialismo contemporâneo.

(...) Esse solo social – a expropriação – pode parecer a muitos como excessivamente simples, até mesmo simplório, para compreender o capitalismo. De fato, mesmo insuficiente para explicar a totalidade das relações capitalistas, é, entretanto, sua condição necessária.

O capitalismo não pode ser reduzido ao movimento de expropriação: estas podem decorrer de situações naturais, como cataclismos, ou de conflitos que não dizem respeito diretamente às relações capitalistas (por exemplo tribais). Em alguns casos, as expropriações não se convertem em capital (isto é, na exploração do trabalho vivo dos expropriados pelos recursos sociais concentrados dos acaparadores), limitando-se a rapinas variadas. Não obstante, o predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se, como as aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece. (Grifo nosso)

Fontes (2018) afirma que o cerne dos processos de expropriação consiste na transformação dos meios de vida em capital. E nesse âmbito ressalta o tema específico da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

propriedade do capital, desvincilhada de sua aparência de mero domínio sobre coisas, e enfatiza seu caráter de relação social, tal como Marx a assinalou, exacerbando as contradições sobre as quais repousa.

Conforme afirma a autora (id.), o capitalismo é que define a classe trabalhadora e ela resulta das expropriações que começam lá no século XV e XVI e estão em curso ainda hoje no Brasil e no mundo, exacerbadas pelas particulares expressões próprias dos movimentos históricos do padrão de acumulação. Pensar essa dinâmica no contexto da América Latina e do Brasil, assume uma densidade ainda mais dotada de complexidades. Dada a posição em que ambos assumem no processo da transição e de consolidação e desenvolvimento do capitalismo com elementos, que se configuram, historicamente, ainda mais perversos, no que tange ao complexo processo de expropriações que se segue e se aprofunda considerando às múltiplas e sucessivas fases do desenvolvimento econômico, político do capital à sua lógica imperialista.

Verificar as condições atuais do processo de expropriação como base da relação capital, constitui, ... o passo preliminar a partir do qual pode-se compreender a contradição fundamental e insolúvel, nos quadros da apropriação privada dos recursos sociais de produção que caracteriza o capital: a socialização crescente nos âmbitos nacionais e internacionais da produção e das formas de existência, contraposta à maior agudização da concentração da propriedade que já ocorreu na história da humanidade. (FONTES, 2010, p. 46)

Conforme afirma Fontes (id.) a relação fundamental , a relação capital por excelência, repousa sobre uma expropriação originária dos trabalhadores, porém não se limita a ela. Exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente de uma população dependente do mercado, disponível para a venda da força de trabalho de forma integral ou necessitando integrar-se ao mercado, total ou parcialmente, para subsistir.

Não se trata portanto, apenas de uma extensão linear do mercado, mas trata-se outrossim de um processo variado que redunde na transformação da capacidade de trabalho em mercadoria, impulsionada pela necessidade econômica (a subsistência) e que insistentemente se reproduz e se converte permanentemente em necessidade que conjuga o massivo e violento processo de expropriações perante a uma condição que implica na subsunção opressiva do trabalho e do trabalhador ao capital, cindido de sua consciência numa dimensão ontológica ficando a produção da riqueza atrelada ao processo de apropriação privada, restringindo o acesso às fronteiras mercantis, e, portanto, distanciado da relação com o trabalho e à propriedade equânime em face aos frutos do trabalho.

Parece-nos que nenhuma explicação sobre um dado fenômeno político pode ser plena de sentidos históricos reais se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente péssimo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

se tomar como chave heurística justamente apenas um fator condicionante externo, em um mundo caracterizado pela interdependência, pela complexidade e pela totalidade social de determinantes históricos sobre questões piores de contradições e disputas políticas.

De forma díspar, desenvolve-se o capitalismo, que evidencia um movimento desigual e combinado, decorrente de componentes histórico- estruturais (econômicos, políticos e sociais) em um processo diferenciado nas diversas nações, onde as “atrasadas” são pressionadas pelos capitais das nações ditas desenvolvidas, e progredem em “saltos” incorporando técnicas de grande avanço técnico – científico, articuladas a relações sociais e econômicas consideradas “pré-capitalistas”. (TROTSKY, 1982)

Pensando a dinâmica capitalista, em seu desenvolvimento desigual de consolidação da divisão internacional do trabalho, identifica-se o distinto desenvolvimento das forças produtivas entre as nações e a forma hierárquica que se organizam desde o escravismo colonial, passando pelos movimentos de independência ao neocolonialismo, fomentado pela fase inicial imperialista do capitalismo.

Todos esses elementos inferem nos processos de formação social e também estão piores de antagonismos e de relações que destituem o estatuto ontológico determinando um caráter geral para a produção ainda que com peculiaridades a depender da formação social; atribuindo uma homogeneidade estrutural às relações de produção, que alienadas ao capital, cindem a relação homem – natureza no curso do desenvolvimento histórico em suas múltiplas fases e expressões.

Segundo Gorender (2016, p. 57) o modo de produção da existência material constitui o *fundamento ontológico* da sociedade humana. (grifos do autor) O ser social dos homens não é mais do que a produção e reprodução dos próprios homens como sociedade humana. E adverte que a dialética não exclui a ontologia.

Uma das primeiras questões que devemos considerar aqui diz respeito à possibilidade de uma abordagem radicalmente diferente do desenvolvimento e realização do acesso correlacionado as potencialidades produtivas humanas, em resposta a uma necessidade genuína; oposta à prática estabelecida da reprodução social, subordinada aos imperativos alienados da produção do capital sempre em expansão, sem considerar as suas implicações para as necessidades próprias da vida humana.

Uma das razões que se coloca à frente de nossas preocupações se refere a que não é mais crível manter e reproduzir sob a lógica reificada e mitificada um conhecimento sobre o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acesso numa disjunção à crítica da economia política, apontando para uma necessidade de situá-lo enquanto categoria dialética e que se remete historicamente aos determinantes ontológicos da vida humana em contra-face à experiência do acesso que historicamente foi vivida pelos povos especialmente latino americanos considerando a formação sócio histórica e os processos sóciometabólicos (MÉZAROS,2011) de desenvolvimentos das forças produtivas e do capital em seus múltiplos estágios de desenvolvimento.

Segundo, porque a crença a partir da qual não pode haver nenhuma alternativa às práticas produtivas dominantes em relação ao acesso e que essa visão o condiciona a uma categoria de gestão de política pública se baseia na falsa teorização da relação entre trabalho, produção, riqueza e propriedade, concebida de forma alienada a formação e surgimento do Estado que antecede ao próprio capitalismo como sistema produtivo e, que no capital, assume uma expressão que lhe é funcional ao processo de produção e reprodução social.

A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorreprodução ampliada do capital tem sido um traço marcante do sistema do capital desde as bases que operam a sustentação da implantação de seu início como sistema produtivo até as fases contemporâneas de seu desenvolvimento. (MÉSZAROS, 2011)

Fontes (2010) afirma que

Não há capitalismo sem Estado. O Estado tem dois papéis absolutamente fundamentais para o capital , e nenhum deles é exatamente a defesa do território, a primeira é a contenção da força de trabalho e essa contenção não é só assegurar a força de trabalho dentro do território que também é uma função, mas é formar, sujeitar, garantir que aquela força de trabalho esteja disponível em determinadas condições. Essa é uma das funções imprescindíveis do Estado. E a segunda função imprescindível do Estado para o Capital é a garantia da propriedade para o Capital. Esses dois elementos são cruciais.

Aqui nesse ponto em que se explicita dois elementos cruciais ao capital é imprescindível destacar que a análise das relações de propriedade é muito importante ser realizada em conexão com a alienação, porque os problemas fundamentais que envolvem a liberdade humana estão estreitamente ligados a elas. Além do que a formação do tesouro e do excedente, bem como a composição do fundo público e do Estado estão intimamente ligadas dentre tantas questões ao processo produtivo e de acumulação de capitais e ao debate das variadas formas de propriedade e essa análise fundante não pode ser realizada em desconexão com o trabalho , a alienação e as formas mitificadas do acesso.

A isso no plano dessa sociedade, se soma os mecanismos de expropriações variadas que se concretizam e se ampliam ao curso da história, à medida que é necessário levar em conta que “uma expansão mundial (da exploração de riquezas) e da concentração de capitais, em sua



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desesperada corrida pela acumulação cega, gera uma complexa teia de embates e lutas da qual o processo histórico é resultante.” (FONTES, 2010, p.14)

Desse modo, reforça-se como afirma Fontes (2010) uma tendência que é inerente ao capital e é incontrolável que se objetiva na concentração de recursos sociais cada vez mais ampliada e na recriação permanente das expropriações sociais.

Sob as bases da produção Luckacsiana (2013), o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente.

(...) o trabalho é de importância fundamental para a peculiaridade do ser social e fundante de todas as suas determinações. Por isso mesmo todo fenômeno social pressupõe, de modo imediato ou mediato, eventualmente até remotamente mediato, o trabalho com todas as suas conseqüências ontológicas.(...) Os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos.

Considerando, o trabalho como categoria fundante do ser social que consiste em termos ontológicos em um complexo de sociabilidade como forma de ser, na transição e no capitalismo propriamente dito assume uma forma de ser peculiar, alienado às formas mercantis e fetichizadas, trabalho explorado, subsumido à lógica do processo de acumulação de capitais. Assim como a propriedade e o acesso também assumem na lógica da transição e do capital uma forma peculiar de ser no âmbito da sociabilidade.

Dito isso, à luz da crítica da economia política as mediações de primeira ordem (abordadas pelo Mézáros, 2011) e, que em si guardam elementos da dimensão ontológica, no processo de acumulação capitalista assumem uma forma de ser, de se expressar atreladas a extração de mais valor, sob proporções cada vez mais ampliadas de domínio e subsunção, redundando em uma metabólica forma de reprodução que resulta num conjunto de mediações de segunda ordem do capital que se interpõem, como “ mediações”, em última análise destrutiva da “ mediação primária” entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.

Partimos aqui da premissa de que a reprodução sócio-metabólica do capital (MÉSZAROS, 2011, p. 94-125), consiste na capacidade do capital produzir e se alimentar de mediações de segunda ordem para metabolizar concepções, conceitos, formas de concreção, e de gestão do trabalho e das relações econômicas para manter o processo de reprodução social.

Em um estágio mais avançado do desenvolvimento histórico, sob as condições de produção generalizada de mercadorias – após incontáveis séculos de interação recíproca entre novas necessidades que surgem e as correspondentes práticas produtivas, que inevitavelmente acompanham uma grande variedade de diferenciações qualitativas já bem antes do triunfo global do capital -, o fetichismo da qualificação domina completamente a dimensão qualitativa do processo de produção. Tal perversidade se torna inteligível apenas como referência ao modo intrinsecamente contraditório pelo qual o próprio sistema

produtivo do capital é, por necessidade, articulado. Esse modo particular de reprodução social é sobrecarregado com uma contradição por fim explosiva que transforma suas potencialidades positivas em realidades destrutivas. (MÉSZAROS, 2011, p.614)

Assim, sustentamos a tese de que as formas consideradas de acesso na sociedade capitalista tendem a ser objetivações metabólicas do capital que se interpõem à mediação primária entre os seres humanos e as condições vitais à sua reprodução, como afirma Mézaros (2011)

Segundo o autor, sujeito a essas determinações categóricas e estruturais, o capital – na qualidade de controle sóciometabólico – pode afirmar, acima de todos os seres humanos, as leis funcionais que emanam de sua natureza, sem levar em conta a boa ou má disposição que pudessem ter em relação ao impacto dessas leis sob determinadas circunstâncias históricas. (MÉSZAROS, 2011, p. 185)

Ao se expandir a partir das formas produtivas que lhe deram as bases, o capital sustenta uma contradição histórica pautada na capitalização das relações e na monetização da vida que passa a ser subsumida a sua lógica e distorcida do seu real sentido humano e histórico.

Sendo assim, como afirma a Rosa Luxemburgo (2021) é mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade converte-se na apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe e, acrescentaríamos aqui o acesso e suas formas de ser na sociedade e na história, que na lógica da acumulação se objetiva como formas obliteradas forjadas de modo fetichizado, que foram sendo gestadas ao longo do processo produtivo e que na sociedade vigente, se objetiva alienado às leis do sistema capitalista de produção desconectado das relações que se fundam na ontologia humana.

Esse espectro da acumulação do capital realiza-se historicamente entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, na América Latina, os métodos são a política colonial, o sistema escravagista, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses especulativos e privados, a guerra, a expropriação das terras e riquezas, as expropriações em seus mais variados níveis e complexidades, que envolvem a relação com a natureza originária, o domínio de povos originários, o apagamento da linguagem, da oralidade entre os povos, a imposição violenta de mecanismos que cindem a relação dos homens com o que lhe é fundante: o modo de produção da existência material, que constitui o *fundamento ontológico* da sociedade humana. E nesse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

âmbito aparecem aqui, sem dissimulações, a violência, a trapaça, o saqueio, a opressão, a rapina, a imposição desmedida dos acaparadores que até a contemporaneidade se expressa acirrando as contradições inerentes ao próprio sistema.

Conforme afirma Mazzeo (1997, p. 78) “é na mediação entre a particularidade e a universalidade que se estabelecem as concreções do modo de produção geral - o capitalismo. Assim, a particularidade, enquanto concreção da universalidade, não é mais do que a própria formação social.” A universalidade assim, apreendida como a produção capitalista amolda-se em situações concretas e particulares e estas não devem ser entendidas isoladamente, mas com base nas leis gerais econômico-sociais, que constituem o modo de ser da produção capitalista.

Sendo assim, o estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material.

Segundo Gorender (2016) a crítica da economia política clássica feita por Marx e Engels consistiu em desvendar o caráter histórico de suas categorias. A teoria do modo de produção capitalista não se estende aos modos de produção precedentes. Em vez de se ocupar com um mundo econômico intemporal, cuja racionalidade é relativa apenas ao capitalismo, a economia política deve ter por objeto a pluralidade dos modos de produção, cada qual regidos por suas leis específicas.

Cabe então indagar a história sobre as mediações construídas no percurso histórico e que demarcam sob a forma de um processo a dinâmica de construção do acesso e suas formas diversificadas e metabolizadas que se expressam mediante os modos diversos de socialização da produção.

Durante o desenvolvimento histórico do capital – que impôs à humanidade a produção da riqueza como a finalidade que tudo absorve -, o caráter real da riqueza e da propriedade propriamente ditas desapareceu do horizonte.

Assim também o acesso como uma categoria articulado a propriedade em sua essência real, foi obliterado por uma concepção reificada, associada a estruturas materiais, monetizadas e a relações igualmente fetichizadas que determinaram o sociometabolismo de suas manifestações gerais em todas as suas dimensões.

Assim, cabe a indagação: quais são as categorias epistemológicas que, percebendo os movimentos da história, nos permitem encontrar os sentidos e os nexos estruturais do acesso e suas manifestações?



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com a apreensão da dinâmica imperialista do capitalismo e do seu desenvolvimento desigual e combinado, Bambirra, uma das fundadoras da Teoria Marxista da Dependência, elucida que para analisarmos as economias dependentes latino-americanas temos que nos ater a que, em primeiro lugar, integram o mercado mundial capitalista e que se constituíram em seu processo de mundialização. Portanto, a “situação de dependência do sistema capitalista mundial (que se manifesta historicamente através da dependência em relação a um centro hegemônico) é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino – americanas”. E , em segundo lugar, que são resultantes de uma reorganização estrutural, porque a “dependência condiciona a estrutura econômica que engendra os parâmetros das possibilidades estruturais” (BAMBIRRA, 2019, p. 41)

Nesse ínterim, a dialética afiada de uma análise científica que explicita os nexos estruturais que condicionam as manifestações do acesso a partir do modo de produção da existência material deve considerar esses parâmetros e condicionantes que determinam historicamente o desenvolvimento das sociedades, especialmente Latino-Americanas.

Como afirma Fontes (apud BOSCHETTI 2018, p.20) o cerne da Crítica da Economia Política realizada por Marx é exatamente esse: desvendar as relações sociais – concretas, históricas e contraditórias – que sustentam a sociedade capitalista, rompendo com as naturalizações calculistas produzidas incessantemente por uma “ciência do capital” (cujo modelo é a ciência da Economia Política), que reitera fetiches e estranhamentos.

Sendo assim, é necessário nos perguntar o que a história tem a nos dizer sobre o acesso e nesse movimento dialético , “ao escovar a história a contrapelo” como nos dizeres de Benjamin (apud LÖWY, 2011, p.20) apreender que “ é luta de classes não apenas debater o argumento, desmontá-lo como falácia, mas também e essencialmente evidenciar as contradições pelas quais os que de fato produzem a existência possam enfrentá-las e superar os estreitos limites impostos pela expansão da acumulação capitalista. (FONTES, 2018, p. 20)

Ao tratar do tema das expropriações é possível afirmar que a redução de direitos e de políticas sociais, configura-se como expropriações – após as conquistas históricas de direitos nos séculos XIX e XX – para que se tenha trabalhadores “livres como os pássaros” nas atuais condições de reprodução ampliada do capital, além de reduzir os custos empresariais com o capital variável como afirma Bhering (apud BOCHETTI, 2018, p. 190)

Ao apreendermos o desenvolvimento desigual e combinado e os determinantes da concreção dos países, enquanto formações econômico-sociais particulares na divisão

internacional do trabalho, torna-se inteligível a condição periférica e dependente latino – americana. (TROTSKY, 1982)

Desse modo, o tema das expropriações que a princípio parece ser um tema óbvio considerando a perspectiva excludente das relações capitalistas, não o é, à medida que se conjuga a um de seus mais imprescindíveis pilares que é a propriedade privada e a cada vez mais ampliada concentração de recursos.

Tais elementos abordados aqui, de modo ainda bem sintético, servem de balizas para pensarmos a formação do Fundo Público bem como os critérios de sua distribuição/ repartição no contexto de uma sociedade dividida em classes.

A condição periférica e dependente dos países Latino Americanos, especialmente no que se refere ao caso brasileiro, cuja formação econômico-social assume particularidades na divisão internacional do trabalho, com uma forte herança colonial e escravista, impacta severamente nas formas de gestão do fundo público tanto quanto nas formas de extração de valor e no modo como ocorre a própria rotação do capital. Isso posto partindo do pressuposto marxiano de que o modo de produção capitalista é histórico, se modifica e se complexifica e junto a ele também se ampliam, se complexificam as expropriações sociais.

A herança escravagista que racializa as relações sociais assim como as relações que envolvem o trabalho cunhadas pelo vetor da dependência e do imperialismo do sistema capitalista acirram ainda mais as contradições que estão no cerne das expropriações sociais e suas mais amplas e variadas formas de manifestação nos múltiplos estágios de desenvolvimento das forças produtivas.

Desta feita, cabe salientar que

As expropriações não podem ser consideradas como um fenômeno apenas econômico, uma vez que é propriamente social, mesmo se parcial ou limitada. Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente de venda da força de trabalho. Essa venda – o assalariamento – não está previamente regulada ou regulamentada por algum tipo específico de contrato jurídico, cujas cláusulas dependem de relações de força bastante complexas, embora condições coloniais e imperialistas, decerto, promovam uma desigualdade suplementar ao favorecer trabalhadores estrangeiros ou brancos nativos, desqualificando os demais nacionais. (FONTES 2010, p. 88).

Podemos então, salientar características das relações da forma de exploração da força de trabalho, e das expropriações sociais baseadas tanto na perspectiva imperialista sob o domínio dos oligopólios tanto quanto características que se somam a nossa herança escravocrata e opressiva.

Os grillhões da dependência no universo das lutas sociais, do trabalho, da distribuição de riquezas, no compósito do Estado e da gestão do Fundo Público assumem no contexto brasileiro e Latino Americano peculiaridades que se espraiam com fortes traços que se remontam sob a égide da herança do modo de produção escravagista, o que exponencia o guante da desigualdade social.

Reafirmamos com Bhering (2021, p.31) a premissa de que, ainda que o capital nunca tenha prescindido do Fundo Público é necessário precisar a análise sobre o lugar estrutural que esse assume no capitalismo, destacadamente em sua maturidade e decadência.

Nessa tônica, a ofensiva burguesa neoliberal e imperialista nessa fase de financeirização das relações capitalistas têm recolocado o debate sobre as expropriações. É imprescindível destacar que a expropriação é um movimento originário do modo de produção capitalista, contudo é também parte constitutiva e, portanto permanente do sistema produtivo, ainda que historicamente suas manifestações variem em escalas e amplitude e se recoloquem para além da separação do trabalhador frente aos meios de produção de sua própria existência material², portanto demarcando um movimento permanente de ruptura com a dimensão ôntica dos seres humanos e com os fundamentos ontológicos do trabalho.

Estamos partindo de uma chave de análise à luz da teoria do valor que nos permite afirmar o suposto de que o Estado e o Fundo público, sendo funcionais à rotação do capital e a valorização do valor, estes compõem parte da estratégia do capital em centralizar a propriedade via mecanismos de expropriações numa dialética que aparta por mecanismos juridicamente hegemônicos os trabalhadores dos frutos do seu trabalho.

Sendo assim, somos meramente reduzidos a força de trabalho, ainda que sejamos seres sociais plenos e portanto, devemos não somente reivindicar o lugar do trabalho mas sim o conjunto da existência. Ou seja, essa pauta nos recoloca algo que envolve nossa reconexão com a dimensão ontológica/ ontocriativa da vida.

Sendo assim, o tema das lutas sociais no mundo contemporâneo e sua relação com o trabalho recoloca aprioristicamente a desmistificação do acesso como categoria histórica e dialética a qual reivindica o conjunto da existência humana plena em sociedade.

Se enfim, temos que

O fundo público se forma a partir da mais – valia socialmente produzida, diga-se do trabalho excedente, que se reparte em juros, lucro e renda da terra, sobre os quais incidirá a capacidade extrativa do Estado, a carrega tributária, envolvendo todo os participantes do

² Sobre isto consultar BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo, Cortez, 2021. Cap. 1.

butim: capital portador de juros, o capitalista funcionante/ industrial, o capital comercial, os proprietários de terra. E que o Fundo Público também se compõe do trabalho necessário - e diríamos, cada vez mais, com o advento do neoliberalismo e a ofensiva tributária por meio da expansão da tributação indireta, aquela que se faz pelo consumo (SALVADOR, 2010 e 2015). E que isso ocorre na medida em que, após o processo de exploração do trabalho que operou a valorização do valor, realiza-se uma nova punção dos salários a partir da carga tributária. (BEHRING, 2018, p. 195)

Então, estamos diante de uma das mais complexas e violentas contradições que reforça o pilar fundante do capital : produzindo mais – valia e sofrendo a exploração tributária (Behring, 2010, 2021) a partir da incidência regressiva da carga tributária, somada a expropriação na nova repartição , o fundo público aos trabalhadores não retorna para sua reprodução nem tampouco para a produção de sua existência material, o que compromete o conjunto da existência e traz fortes implicações ao plano da política pública e social, dentre elas, a mitificação do acesso e a cada vez mais acirrada concentração da propriedade privada.

Como seres sociais plenos, numa sociedade de classes, passamos a ser reconhecidos apenas pelo trabalho e, portanto, como trabalhadores, sendo expropriados e extorquidos de nossa condição de liberdade, passamos a ser identificados à condição das necessidades imediatas. E nesse patamar não usufruímos da liberdade. Vivemos num mundo cruel da crescente necessidade.

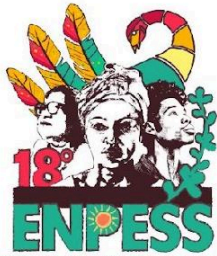
Que expectativas estão sendo colocadas mediante a isso em face do acesso? O que a história tem a nos dizer sob nossa condição ôntica e Latino- Americana e as experiências de acesso no plano societário?

Como essas experiências se manifestam considerando a produção da vida material como dimensão ontológica dos seres em sociedade? Que mediações no campo da formação social se manifestam e que remontam ao acesso como categoria histórica e quais determinantes incidem em nossa relação com a ontologia?

Essas parecem ser questões que nos instigam de modo a não somente desconstruir o argumento sob a ótica de desmistifica-lo de uma concepção óbvia e de uma vivência minimalista, mas ao fazê-lo trazer à luz os aportes e as contradições necessárias a que nós seres humanos possamos recobrar ao plano das lutas nossa condição humano genérica.

3 - Considerações Finais

A análise então, se coloca na perspectiva de indagar a história sobre as manifestações do acesso no âmbito da sociedade capitalista e as bases que lhe deram origem no contexto Latino – Americano, sem perder de vista os fundamentos ontológicos, tendo por horizonte a emancipação humana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Inevitavelmente a luta contra o processo bárbaro das expropriações e por acesso, equânime e igualitário, considerando o conjunto da existência será sempre uma luta contra o capital.

Vivemos num período de uma tragédia de tais dimensões que necessitaremos reinventar esse sociometabolismo uma vez que as sociedades humanas estão exauridas numa competição alucinada pela própria sobrevivência.

4 - BIBLIOGRAFIA

BAMBIRRA, Vania. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis, 4. Ed., Insular, IELA. 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo, Cortez, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete (org.). Expropriação e Direitos no Capitalismo. São Paulo, Cortez, 2018.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital – Imperialismo.: teoria e história. Rio de Janeiro, EPSJV, UERJ, 2010.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Expressão Popular. 2016.

HOBBSBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LÖWI, Michael. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940)*. Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

LUCE, Mathias; OSÓRIO, Jaime; FERREIRA, Carla. Padrão de Reprodução do Capital. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo, Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. Para uma Ontologia do Ser Social. 1. Ed., São Paulo, Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital. Rio de Janeiro, 1.ed., Civilização Brasileira. 2021,

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis, Insular, IELA, 2017.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Formações Econômicas Pré- Capitalistas. Trad. João Maia. 4. Ed., Paz e Terra, São Paulo, 1985.

_____. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, Rio de Janeiro, ed. UFRJ, 2011.

_____. Sobre a Questão Judaica. São Paulo, Boitempo, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. Estado e Burguesia no Brasil. Origens da autocracia Burguesa. São Paulo, Cortez, 1997



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital. São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo, Boitempo, 2016.

OSORIO, Jaime Sebastian. Sobre o Estado, o Poder Político e o Estado dependente.
Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo, Cortez, 2010.

TROTSKY, Leon. Historia de la Revolucion Russa. Tomo I, Colômbia, Editorial Pluma, 1982.